

## RELATORIO DA REUNIÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

**A reunião foi realizada:**

**No dia 22 de agosto de 2011;**

**Na sede geral da administração dos Correios – São José/SC;**

**No período das 09:00 as 16:00 horas;**

### **Objetivos:**

Avaliar a execução das atividades previstas no Plano Territorial a partir da implementação da política;

Apontar as principais diretrizes quanto a estruturação, papel e funcionamento do Colegiado;

Discutir e propor ajustes no Plano Territorial, visando a continuidade do trabalho para os próximos 12 meses, tendo como parâmetro o Projeto Territorial e as estratégias da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura/SC

### **PAUTA:**

Acolhida, apresentação dos(as) participantes, apresentação da programação e dos objetivos da reunião;

Análise e avaliação da implementação das ações previstas no Plano Territorial da Grande Florianópolis (2010/2011), desde a sua aprovação pelo Colegiado;

Discussão do papel, funções e processo de estruturação do Colegiado Territorial para o próximo período;

Discussão e levantamento de ajustes e ações complementares a serem inseridas no Plano Territorial para o período 2011/2012.

Encaminhamentos finais e Encerramento da reunião.

Tendo como referencia os objetivos e a pauta pré-estabelecida, foi dado inicio à reunião com certo atraso. Em função de haver novos participantes, foi feita uma rodada de apresentação, seguido da apresentação dos objetivos e da pauta proposta para a reunião.



Como ponto inicial, estava previsto a realização de uma avaliação do Plano Territorial da Grande Florianópolis. A discussão inicial, baseada nas ações do Plano, demonstrou que a grande maioria destes continuava na pauta, sem que houvesse grandes avanços na sua implementação prática. Foram feitas algumas discussões envolvendo a questão da assistência técnica e extensão aquícola e pesqueira, que segundo os(as) participantes está muito aquém da demanda. Também se levantou a necessidade de uma maior fiscalização acerca dos recursos do governo federal que são repassados para os órgãos do estado e para os municípios, que visam a ampliação e qualificação deste serviço. Outro ponto levantado a partir do indicativo do Plano é a necessidade de aproximar os projetos de pesquisa e extensão das universidades (públicas), da realidade dos setores. É imprescindível que aconteça a devolução das pesquisas, na perspectiva de uma maior interação com as ações práticas.

A partir dos pontos discutidos, a plenária observou que mesmo com os apontamentos que estavam sendo feitos, este debate já foi feito e resultou no Plano, que por sua vez “ainda não saiu do papel”. Levantou-se a necessidade do Colegiado discutir e definir formas e ações que levem a implementação prática do Plano, o que por sua vez demandou um debate acerca do papel e das funções do Colegiado.

A Coordenação propôs uma inversão de pauta, no sentido de deixar a discussão sobre o Plano para a tarde, passando o tema da organização, papéis e funções do Colegiado Territorial para a parte da manhã.

Aceita a proposta pelo plenário, foi feito um rápido regate do objetivo geral e de algumas premissas da política territorial (veja em anexo). Na sequência, para estimular o debate foram feitos os seguintes questionamentos:

- Qual a visão que temos do Território?
- Qual o papel e a função do Colegiado?
- Quais os mecanismos para garantir a concretização das ações previstas no Plano Territorial?
- O que precisamos rever e adequar no Plano?

No debate destacou-se que o Colegiado precisa de maior legitimidade, deve ter maior reconhecimento pelas instituições e organizações que atuam no setor da pesca e aqüicultura. Um dos pressupostos importantes neste processo é melhorar e agilizar a comunicação e a circulação de informações entre os membros do Colegiado, o que até o momento não aconteceu.

Com base na experiência e nas vivências relacionadas aos territórios rurais, o superintendente do MDA, Sr. Jurandi Gurgel, fez uma explanação dizendo que o Território é um espaço onde nem sempre os interesses e as ideologias são convergentes, mas essas diferenças não podem estar acima dos objetivos comuns voltados ao desenvolvimento do Território. Ele se constitui num espaço de poder, onde é necessário o exercício de novas formas de se relacionar com o poder.

Também foi apontado que o Território é um espaço de articulação em torno das políticas prioritárias, visando o desenvolvimento sustentável do Território, que necessita de muito diálogo, de comprometimento e transparência.

Já com relação ao Colegiado, é fundamental que ele tenha uma composição que represente os diferentes setores atuantes no território. Ele precisa encontrar formas de se legitimar como um fórum de proposição, de mediação e de cobrança da implementação das políticas públicas, de nível municipal, estadual e federal.

O Colegiado Territorial é, portanto, um espaço de representação de diferentes organizações e setores da sociedade civil e de instituições governamentais. Entre as

suas funções estão a proposição de políticas e projetos, a partir da identificação das demandas prioritárias, que contribuam para o desenvolvimento territorial sustentável e participativo. Também cabe ao Colegiado Territorial cobrar a implementação das políticas públicas, com a co-responsabilidade dos diferentes atores sociais.

Para tanto, o Colegiado precisa se capacitar, através de formação e informações, que possibilitem aos seus membros identificar e propor ações estratégicas que potencializem o processo produtivo da pesca e a aquicultura no âmbito do território. Contudo, para que seja possível a estruturação do Colegiado enquanto instancia representativa do Território com condições mínimas de atuação, é necessário que o MPA veja a possibilidade de liberar algum recurso (estrutura/financeiros) para esta finalidade.

Na perspectiva de construir maior organicidade de representação por parte dos diferentes setores, o Superintendente da Pesca e Aquicultura, Sr. Horst Doering, propôs que o colegiado deveria discutir a possibilidade de se organizar através de câmaras setoriais, num primeiro momento contemplando a pesca artesanal e a maricultura. A proposta foi recebida muito bem pela plenária, com várias manifestações favoráveis. As câmaras setoriais favorecem o levantamento de demandas específicas de cada setor e maior objetividade no encaminhamento das ações planejadas. Nesta perspectiva, as câmaras setoriais devem se reunir antes das reuniões do Colegiado do Território, para definir a sua representação e as demandas a serem tratadas no Colegiado.

Na parte da tarde, a reunião foi reiniciada com uma rápida apresentação do projeto de extensão AQUASEG, em processo de implementação por parte do CCJ/UFSC. O projeto prevê um conjunto de atividades educativas (curso, vídeo-aula e cartilha) voltadas para a segurança (pessoal e embarcações) nas atividades da pesca artesanal. Na ocasião houve a reivindicação de que os maricultores também possam participar das atividades, partindo do pressuposto de que devem acontecer uma fiscalização mais rígida junto setor, com relação a procedimentos de segurança.



Na continuidade, foi proposto que não se faria uma avaliação detalhada do Plano Territorial, mas sim que fossem apresentados os Eixos Temáticos, na perspectiva de fazer observações e apontar prioridades, para ajustar o Plano com maior foco em questões estratégicas e prioritárias.

Nas discussões foi apontado que os Eixos Temáticos propostos no Plano devem ser mantidos, mas seria importante fazer uma triagem no sentido de verificar as atividades que já foram implementadas ou que estão de alguma forma superados.

#### **Encaminhamentos:**

- a) A articuladora territorial ficou de fazer os ajustes no Plano Territorial e enviar o mesmo para todos(as) os(as) membros do Colegiado, para que o Plano possa ser discutido nas primeiras reuniões das câmaras setoriais;
- b) Leonardo e Léo vão se reunir para fazer um levantamento das organizações/empreendimentos no setor da piscicultura no território da Grande Fpolis;
- c) Foi formada uma equipe (Sabino, Getúlio, Toninho e Léo) que fará visita a todas as associações de pescadores artesanais da Grande Florianópolis, para conhecer as demandas do setor e articular a sua participação na primeira reunião da Camara Setorial, que deve acontecer de forma conjugada ao

Encontro da Pesca Artesanal (provavelmente na segunda quinzena de setembro). As visitas devem ser feitas até o final da primeira quinzena de setembro;

- d) A primeira reunião da Câmara Setorial da maricultura deve acontecer no dia 17 ou 24 de setembro na parte da tarde (local??).
- e) Da mesma forma como na pesca artesanal, também foi definido que serão feitas visitas à todas as associações de maricultores(as) da Grande Florianópolis, com a seguinte distribuição de responsabilidades:
  - Região da Pelhoça: Fábio
  - Região de São José, Biguaçu e Governador Celso Ramos – Hermogenes;
  - Florianópolis: Ademir e Fátima



Após estes encaminhamentos, o Sr. Fernando Sabino fez uma observação com relação a questão dos instrumentos e do acesso à crédito, que necessita de aprofundamento, para buscar alternativas no sentido de evitar os problemas que ocorrem atualmente.



Também foi dado informe sobre as negociações e disputas que envolvem a unidade de beneficiamento de produtos da maricultura instalada no Ribeirão da Ilha – Fpolis. Foi informado que há uma proposta encabeçada pela Prefeitura de Fpolis em conjunto com outras instituições para transformar a estrutura em centro formação, que se contrapõe à proposta do MPA e das associações de maricultores de reativar e manter a estrutura com a sua finalidade inicial, para beneficiar os produtos dos(as) maricultores da região.

Finalizando a reunião, foi feita uma rápida avaliação da atividade por parte dos(as) participantes. Foi destacado que o aspecto positivo é que se sai da reunião com vários encaminhamentos concretos. A reunião apontou para uma dinâmica organizativa mais sistemática e articulada. Criou novas expectativas com relação ao trabalho territorial.

Florianópolis, 22 de agosto de 2011.

Leonida Reich – Articuladora Territorial da Grande Florianópolis.

## Território da Pesca e Aquicultura

### OBJETIVO GERAL

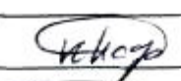
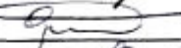











- Superação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais junto às comunidades aquícolas e pesqueiras pelo aprimoramento das capacidades de auto-gestão dos interesses coletivos, favorecendo a inserção competitiva do segmento nas cadeias produtivas do setor e a gestão sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros.

### A Política Territorial visa:

- A participação social na gestão das políticas públicas e do desenvolvimento;
- Aprimorar o diálogo entre governo e sociedade;
- Ampliar a participação política da sociedade civil e dos governos locais nos processos de tomada de decisão;
- Integrar sistematicamente, as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável;
- Gestão sustentável e compartilhada dos recursos pesqueiros e aquícolas;
- Políticas de apoio à aquicultura e à pesca, implementadas de forma articulada nas três esferas de governo;
- Ampliação das capacidades humanas, institucionais e de gestão participativa dos territórios;
- Planos territoriais de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca elaborados, apoiados e geridos de forma participativa;
- Fortalecimento organizacional do setor por meio do estabelecimento de instancias específicas para discussão e decisão sobre ações e projetos voltadas para o desenvolvimento;






### Anexo 2: Relação de Entidades/Instituições Participantes



	Nome	CPF/ou RG	Email ou Telefone	Assinatura
1	VALTER EUCLIDES DAS CHAGAS	894.136-0	VALTEREUCLIDES@HOTMAIL.COM 91351852	
2	Gilberto Manoel Inácio	155193689-53	91246978	
3	CASSIO BROGNOLI SELAU	833.460.900-00	CASSIOSELAU@HOTMAIL.COM 96048869	
4	MATY LICE BRANCHER GUEYE	3699867	matylice@hotmail.com	
5	Maria de Fátima Souza Neves	429612209-63	clefatimaneves@gmail.com	
6	JONATHAN JUNRES DOS SANTOS	006.976.299-61	TANICEANO@HOTMAIL.COM	
7	LEONARDO KAMMER	004.845.639-04	LKAMMER@FLORIPA.COM.BR	
8	Henrique da Silva	64161510900	henri1floripa@hotmail.com	
9	Donia Fátima de Melo Spierig	935587409-04	TANIA FATIMA - 91261881	
10	JOSEMI DANTAS DOS SANTOS	333.125.679-0	33370086	
11	Thameres Regina Pereira	072.741.509-78	32435118	
12	ANTONIO O. R. MELLO	248994969-15	47.9987.2969	
13	JURANDI TEODORO GUGEL	437539579-69	jurandi.gugel@mda.gov.br	

 30360485  
88048643

Pág. 01

	Nome	CPF/ou RG	Email ou Telefone	Assinatura
14	Fabio Faip Diogenes	1378807.8	fabio@fazendamaimho.com.br	
15	HORST DOERING	527931259-20	horst.doering@mpa.gov.br	
16	FERNANDO L. SABINO	651198359-53	FLSABINO@HOTMAIL.COM	
17	JACKSON SULLIVAN RIOS MILITEL	054.259.205-02	JACKSON-SULLIVAN@HOTMAIL.COM	
18	Leonida Rude	352.250.419-49	leonidar@hotmail.com	
19				